DELIBERAÇÃO CEE - nº 3/69

Dispõe sobre normas para a concessão, e renovação de bolsas de estudo no ensino médio no ano de 1969 e dá outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 94, da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Artigo 2º, inciso IV, da Lei Estadual nº 9.865, de 9 de outubro de 1967 e os termos do Parecer nº 36/69, das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio, aprovado na 279ª sessão plenária, realizada em 3 de novembro de 1969.

D E L I B E R A :

Artigo 1º - A aplicação de recursos federais e estaduais destinados à concessão ou a renovação de bolsas para o custeio parcial ou total dos estudos de alunos dos cursos de ensino médio sob inspeção federal ou estadual, de que tratam o Artigo 94, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Artigo 4º, da Lei nº 10.038, de 5 de fevereiro de 1968 e o Artigo 25, item II, da Lei nº 10.125, de 4 de junho de 1958, observará, em 1969, as normas fixadas nesta Deliberação.

Artigo 2º - A Secretaria da Educação, considerando a dotação orçamentária e demais recursos específicos existentes e liberados, reservará a importância necessária para a renovação de bolsas de estudo, levando em conta os valores fixados no Artigo 4º, desta Deliberação, e o número presumível de bolsistas do ano anterior, com direito à renovação.

Parágrafo único - Os recursos restantes serão destinados a concessão de novas bolsas, nos termos previstos por esta Deliberação.

Artigo 3º - A concessão de bolsas de estudo e a sua renovação deverão considerar o grau de escassez regional do ensino público em relação à população em idade escolar, atendendo-se, preferencialmente, os municípios onde exista estabelecimento oficial de ensino médio.

Artigo 4^a - Na conformidade dos recursos existentes e liberados, obedecida a rigorosa ordem dos resultados das provas mencionadas nos Artigos 11 e 12, ressalvada a prioridade a que alude o Artigo 13, a renovação e a concessão de bolsos, satisfeitas as exigências desta Deliberação, far-se-á desta maneira.

a)- bolsa equivalente à importância de ATÉ dois salários-mínimos da região, ao estudante cujo índice de carência seja igual ou inferior a cinco (5) salários-mínimos;

b)- bolsa equivalente à importância de ATÉ um salário-mínimo e meio da região, ao estudante cujo índice de carência seja superior a cinco (5) e igual ou inferior a oito (8) salários-mínimos;

c)- bolsa equivalente à importância de ATÉ um salário-mínimo da região, ao estudante cujo índice de carência seja superior a oito (8) e igual ou inferior a dez (10) salários-mínimos.

Artigo 5^o - O valor da bolsa, inicial ou renovada, não poderá ultrapassar a importância da anuidade vigente no estabelecimento de ensino.

Artigo 6^o - As bolsas de estudo serão pagas após a verificação, pela autoridade escolar competente, da frequência do aluno durante o período letivo.

Artigo 7^o - O pagamento das bolsas de estudo será feito por intermédio dos estabelecimentos de ensino, mediante recibo firmado pelos responsáveis pelos alunos bolsistas ou por estes, quando maiores de dezoito anos.

Parágrafo único - Os recibos a que se refere este artigo serão devidamente autenticados pela autoridade escolar competente.

Artigo 8^o - Não serão pagas bolsas de estudo atribuídas a alunos já contemplados, para esse fim, por qualquer outra forma de auxílio do poder público.

Artigo 9^o - Serão considerados carentes de recursos os candidatos pertencentes a família cujos rendimentos brutos totais, auferidos no ano anterior, divididos pelo número de seus componentes, não ultrapassem o valor de dez (10) salários-mínimos vigentes na região, no mesmo ano.

§ 1º - Para os efeitos do cálculo citado neste artigo, será reduzido dos rendimentos brutos o aluguel anual ou a quantia anual correspondente o amortização do preço de casa própria e única, comprovadamente pago, inclusive juros de correção monetária.

§ 2º - Fica facultado aos responsáveis pela seleção econômica dos candidatos exigir a apresentação da notificação para pagamento do imposto sobre a renda ou outros comprovantes relativos aos rendimentos da família, quando julga-los necessários para o exato esclarecimento de sua situação financeira.

Artigo 10 - Ao requer bolsa ou a sua renovação, o candidato deverá preencher questionário no qual figurem dados referentes à sua identidade e filiação, profissão dos pais, número, nome, idade e relação de parentesco dos componentes da família, rendimento próprios dos pais e dos demais membros da família, além de outros informes julgados necessários.

§ 1º - O requerimento de que trata este artigo deverá ser instruído com o certificado de conclusão de curso ou atestado de aprovação no ano letivo anterior.

§ 2º - A comprovação de falsidade na documentação apresentada ou preenchida pelo aluno-bolsista ou pelo responsável, será punida com o cancelamento da bolsa, sem prejuízo de outras cominações legais.

Artigo 11 - Os candidatos à concessão inicial de bolsa serão submetidos, sob condições de autenticidade e imparcialidade, à verificação de capacidade, mediante provas escritas de português e de Matemática.

Artigo 12 - As provas de capacidade, mencionadas no artigo anterior, poderão ser realizadas nos próprios estabelecimentos particulares de ensino de grau médio, aos quais se destinarem os candidatos inscritos para a obtenção de bolsas.

Parágrafo único - As provas a que se refere este artigo deverão ser visadas por inspetores do ensino médio, federais ou estaduais.

Artigo 13 - Será dada prioridade, uma vez feita a seleção dos candidatos a bolsos de estudo do 2º ciclo colegial, àqueles que se destinarem a cursos de formação técnico profissional.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplicar-se-á, igualmente, aos já bolsistas concluintes do 1º ciclo, que pretenderem continuar como bolsistas no 2º ciclo.

Artigo 14 - A Secretaria da Educação, pelo órgão competente, tomará as providências para a elaboração e aplicação das provas mencionadas nos Artigos 11 e 12.

Artigo 15 - O órgão competente deferirá os pedidos de inscrição que atendam ao determinado pelos Artigos 9º e 10, podendo, quando for o caso, exigir documentação comprobatória dos informes contidos no questionário.

Artigo 16 - Nos termos do Artigo 1º, § 2º, do Decreto-lei federal nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, perderá direito a bolsa o aluno que, comprovadamente, infringir o disposto no citado diploma legal.

Artigo 17 - O órgão incumbido da distribuição das bolsas deverá apresentar ao Conselho Estadual de Educação, até o dia 30 do março de 1970, relatório pormenorizado sobre sua atividade no exercício anterior.

Artigo 18 - Esta Deliberação entrará, em vigor na data de sua homologação, ficando revogadas as Resoluções CEE-nºs. 2/64, 4/65 e 19/69.

Aprovada, por unanimidade, na 279ª sessão plenária do Conselho Estadual de Educação, realizada em 3 de novembro de 1969.